

# AGORA SARNEY SE EXPLICA

O presidente Sarney afirmou ontem a um empresário, em encontro no Palácio do Planalto, que, embora o governo admite ter errado ao falar em congelamento de preços, entende que isso não justifica a "atitude irresponsável" de alguns empresários especuladores, que "vêm tomando posição contra os interesses do povo brasileiro".

Segundo o informante, Sarney ressaltou ainda que "lamenta profundamente que alguns empresários não estejam à altura de um país como o Brasil". Já o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, destacou que Sarney, com as posições que está assumindo contra os "abusos e as remercões de preços criminosas", está atendendo a um apelo, neste sentido, feito pelos próprios empresários, principalmente aqueles ligados à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). O presidente também ontem ao seu porta-voz a frase do empresário Jorge Simeira Jacob, que havia no encontro com as lideranças do setor, em Itatiba, SP, em 21 de março: "Presidente, 'nós precisamos de uma legislação dura para coibir os abusos na área de preços, porque, como bem o sabemos, alguns empresários não são anjinhos'".

Ele foi somente um único empresário, segundo Frota Neto, que chegou a insistir nesse assunto. Palavras como "sancões graves", "máis duras" e "pulso firme" na coibição dos abusos foram insistentemente repetidas naquela reunião entre o presidente e os empresários, realizada na Fazenda das Rosadas Sul, do empresário Mathias Machado.

Segundo o porta-voz, o crime contra a economia popular, praticado hoje em larga escala no meio empresarial, não agride somente as fatias mais desprotegidas da população, aquelas com menor nível de renda. Atinge todos e atinge, essencialmente, a própria democracia que se quer reconstruir no País.

## Orgia de preços

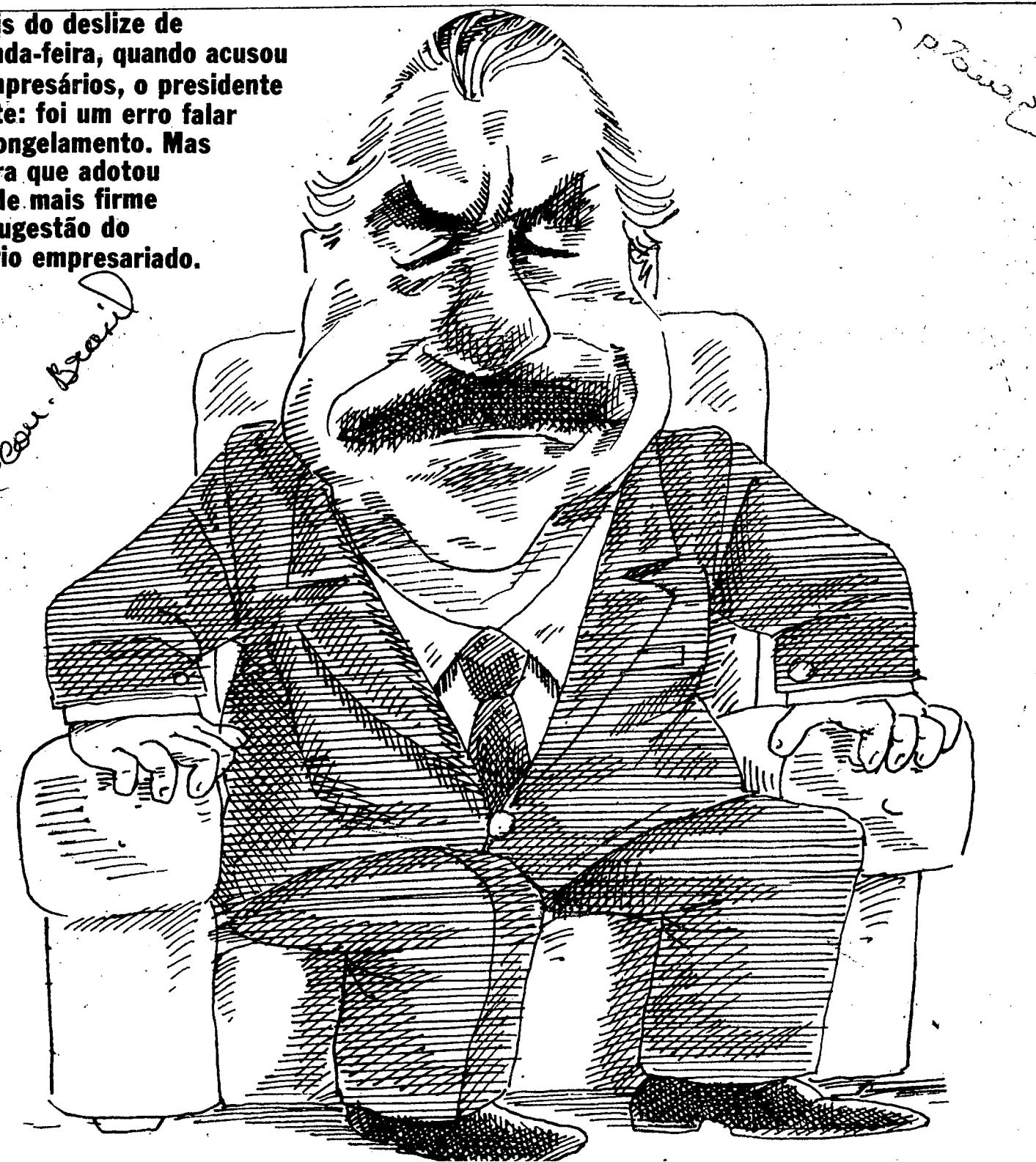
Sarney, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, vem acompanhando com bastante cuidado, nos últimos dois meses, o comportamento dos preços. As informações sobre "o comportamento irresponsável" de alguns empresários que insistem em "uma grande orgia de preços e de descontos para fugar a um congelamento" têm chegado ao presidente da República através de diferentes canais.

Em primeiro lugar — afirma-se no Palácio do Planalto —, o presidente vem acompanhando o assunto pela imprensa. Em segundo lugar, pelo Ministério do Planejamento, que tem encaminhado ao Palácio todos os índices de preços elaborados pela Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em terceiro lugar, pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), que tem apontado ao presidente a ocorrência de fraudes praticadas hoje com regularidade no comércio; e, por último, até mesmo por membros da sua própria família, que também se vêm queixando ao presidente da "vontade do 'descontismo' e de remarcamento de preços".

Sarney revelou ontem a um empresário que a situação chegou a tal descalabro, que um homem comprou, na semana passada, chocolates (doce de chocolate) com desconto de 80%. Isto — observou o presidente ao empresário — mostra que os preços estão sendo praticados a níveis exorbitantes, como mostram os descontos concedidos, na certeza de que, desse modo, pode-se ficar imune a um congelamento. O que muitos empresários estão querendo, portanto, é tomar posição contrária aos interesses da população e contrária ao País, que atravessa um momento de crise — teria dito Sarney.

Segundo porta-voz Frota Neto, o presidente espera contar com o apoio dos empresários nessa hora delicada vivida pelo País, e reafirma sua posição de sustentar o processo de desenvolvimento num tripe econômico, formado pela empresa privada nacional, pela empresa multinacional, e pelo go-

**Depois do deslize de segunda-feira, quando acusou os empresários, o presidente admite: foi um erro falar em congelamento. Mas lembra que adotou atitude mais firme por sugestão do próprio empresariado.**



## Um risco: volta o ágio.

A ideia do governo de limitar em 80% da variação da OTN o repasse dos custos para os preços finais dos produtos, como forma de conter a aceleração inflacionária, foi considerada "artificial, perigosa e acessória" por empresários e economistas do Rio. Para o presidente da Dov Indústria e Comércio, Dov Kamenetz, do setor de plásticos, a ideia não vai dar certo, "porque ninguém vai querer perder dinheiro" e o risco maior será "a volta do ágio e do mercado paralelo".

O presidente da Federação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), Antônio Guarino, disse que o governo não tem condições de colocar em prática nenhum sistema de controle de preços, porque não dispõe de instrumentos necessários à sua execução, como se verificou quando o congelamento determinado pelo Planalto não foi cumprido.

Segundo Guarino, "o governo se desmoraliza toda vez que lança um desafio desse tipo à sociedade, pois, para controlar preços conta com órgãos como o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seabap), totalmente viciados e incompetentes, como funcionários pessimamente remunerados".

O presidente da Flupeme disse que qualquer sistema de controle de preços só terá efeito positivo quando houver redistribuição de poderes entre as unidades da Federação. Na sua opinião, "o governo federal precisa ser urgentemente esvaziado para dar aos Estados e municípios as tarefas de controle e fiscalização, em condições muito mais diretas com a comunidade".

O diretor do Centro de Estudos Econômicos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), João Luís Mascoco, a ideia de limitar em 80% da variação da OTN o repasse aos preços finais é "mais uma demonstração de que a discussão da política econômica está no eixo errado". Segundo ele, a discussão está em torno de medidas acessórias de combate à inflação, quando deveria ser concentrada na necessidade de políticas monetárias e fiscais restritivas e política cambial realista.

Na opinião de Mascoco, a principal medida que deveria ser tomada pelo governo é o corte dos gastos públicos, que levaria a menor necessidade de colocação de títulos no mercado de emissão de moeda para financiar o déficit.

Quem não aumentar os preços em uma inflação de 20% ao mês — ressaltou Valente — é que poderia ser tachado de incompetente. Será que o presidente quer que os empresários paguem juros acima de 50% ao mês e não reajustem os preços das mercadorias que vendem? O combustível aumenta e o empresário é que é incompetente. Aumentar os preços dos produtos? Não há redução de gastos públicos, as mortes continuam, o empreguismo também, a impunidade é a tônica e o empresário é que é incompetente?", indagou Valente.